

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO E-DOC Nº 1998/2025

INTERESSADO: GERÊNCIA DE PROJETOS – GPRO

DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E EXPENSÃO - DMAE

NOTA TÉCNICA

1. Trata-se de solicitação de licitação por dispensa de valor, encaminhada pela Gerência de Compras e Almoxarifado, a pedido da Gerência de Projetos da DESO – GPRO, por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE CONCEPÇÃO E DO PROJETO BÁSICO DESTINADO A IMPLANTAÇÃO DA COLETA E AFASTAMENTO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES) DA SEDE ADMINISTRATIVA DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DE SERGIPE – DESO, LOCALIZADA NA RUA CAMPO DO BRITO, Nº 331, BAIRRO 13 DE JULHO, NO ESTADO DE SERGIPE, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS EM PROJETO BÁSICO DE LICITAÇÃO.**

2. Apresenta a seguinte justificativa para a contratação pleiteada, conforme consta no item 2.1 do Termo de Referência:

"[...] A Sede Administrativa da Deso – Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe localizado na Rua Campo de Brito, Bairro 13 de Julho, no Estado de Sergipe (Planta de Localização – Anexo I) é composta por uma construção de blocos de até 2 (dois) pavimentos, sendo composta de 17 (dezessete) blocos, guaritas, bicicletário e estacionamento. Os blocos das unidades em sua maioria são compostos de salas, banheiros e copa, conforme plantas no Anexo I.

A sede administrativa da companhia apresenta necessidade de implementação de rede coletora de esgotamento sanitário com o intuito de lançamento na rede coletora para os devidos fins de tratamento.

O presente documento tem o objetivo de fornecer as informações necessárias para contratação de empresa especializada em prestação de serviço técnico de engenharia Estudo de Concepção e do Projeto Básico destinado a implantação da coleta e afastamento do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sede da Companhia de Saneamento do Estado de Sergipe – DESO. ."

3. Impende ressaltar que a dispensa fora realizada nos moldes eletrônicos, em conformidade com os Decretos Estaduais nº 26.531, de 14/10/2009 e 26.533, de 15/10/2009, 24.480/2007.

4. Em bom tempo, deve-se salientar que a nota técnica sobre a questão, tem como base os documentos anexados ao presente processo, incumbindo a este Setor prestar consultoria sob o âmbito jurídico, não lhe competindo adentrar no mérito da conveniência e discricionariedade dos atos praticados, nem analisar os aspectos de natureza eminentemente técnico.

5. Assim, na relação custo-benefício em contratar diretamente empresa o art. 120, incisos I e II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) combinado com o art. 29, inciso II da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, dispensa a licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório. De maneira que, a realização de procedimento licitatório implica em gastos excessivos, os quais não justificam economicamente a licitação.

6. A legitimidade da dispensa licitatória ampara-se no descabimento de a Administração ter um custo processual superior ao dispêndio para a contratação do objeto pretendido. O procedimento licitatório, independentemente da modalidade utilizada, compreende diversos custos, tanto os referentes ao labor administrativo (custos fixos com salários, equipamentos, energia e diversos insumos) quanto os decorrentes da publicidade dos atos da licitação. Logo, em atendimento ao princípio da economicidade, nada mais correto do que a Administração contratar diretamente, dispensando o pesado e caro procedimento licitatório, quando o objeto pretendido for de baixo valor monetário. Como observa Benedetto de Tolosa, os eventuais benefícios da feitura da licitação que pouca atração exerceria sobre eventuais fornecedores, por certo, sucumbiriam ante os custos processuais, tornando a contratação antieconômica.

7. Quanto ao fracionamento de despesa, sabe-se que o elemento de despesa não pode ser utilizado como único meio a caracterizar a natureza de bens e serviços. Isso porque, a classificação orçamentária da despesa é critério demasiadamente amplo, que poderia levar à conjugação de despesas que são incompatíveis mas podem se inserir em um mesmo elemento. É o que ocorre, por exemplo, com os gastos com conserto de um fax e de uma turbina de avião que, apesar de completamente distintos, se insere no mesmo elemento "consertos". Sendo assim, uma das "ferramentas" capaz de guiar a caracterização da natureza dos bens refere-se às semelhanças que estes guardam entre si, sobretudo à vista do modo de atuação de mercado de cada um dos objetos. Nesse sentido, importante trazer ao texto as noções de "gênero" e "espécie". Como exemplo, citam-se os materiais de limpeza. Sabão em pó, detergente de louças, desinfetante e limpa vidros são todos bens diferentes entre si, ou seja, são espécies distintas. Todavia, pertencem ao mesmo gênero (materiais de limpeza), que são comercializados pelo mesmo segmento de mercado. Vale dizer, tais bens, ainda que distintos, deverão ser caracterizados como de mesma natureza, pois guardam semelhanças entre si. Logo, são bens de mesma natureza e, como tal, devem ser considerados conjuntamente para fins de evitar o fracionamento de despesa.

8. Para que seja possível promover a dispensa em razão do valor, é preciso que a soma-tória dos valores, previsíveis, a serem despendidos ao longo do exercício financeiro com objetos de mesma natureza não ultrapasse o limite legal. Apesar de não existir uma definição legal para o que seriam "*bens e serviços de mesma natureza*", no entendimento da Zênite, o "elemento de despesa" não pode ser o único balizador dessa análise. Na realidade, deve-se entender aqueles que, por suas semelhanças, podem ser agrupados em um mesmo "gênero". Essa análise também deve ser iluminada pelo ramo/segmento dos particulares que fornecem as soluções no mercado.

9. No caso subexame trata-se de contratação de serviços destinados as **demandas desta Companhia, mais precisamente para a elaboração do estudo de concepção e Projeto Básico destinado a implantação da coleta e afastamento do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) da Sede Administrativa da DESO**, não podendo significar fracionamento de despesas para o mesmo exercício financeiro.

10. Por fim, com a vigência da Lei nº 13.303/2016, e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios(RILC) os limites para dispensa em razão do valor serão outros:

"Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;" (Destacamos.)

11. Válidos, a propósito, os comentários feitos por Edgar Guimarães e José Anacleto Abduch Santos acerca da dispensa pelo valor no regime jurídico das estatais (Lei 13.303/2016),²² que guarda compatibilidade com a questão ora examinada:

"Logo, para o fim de identificar o cabimento ou não da dispensa em razão do valor, as empresas estatais devem considerar o total do gasto provocado pelo objeto a ser contratado. Consequentemente, se houver uma demanda que lhes sujeita à necessidade de adquirir 100 mesas a um custo estimado de R\$ 200.000,00, não poderão dividir o objeto em 10 parcelas de 10 unidades cada qual e contratar todas elas com dispensa de licitação, porque, ainda que o valor de cada uma dessas parcelas, considerado individualmente, fique dentro do limite do artigo 28, inciso II, o somatório extrapola.

12. É importante salientarmos que a vedação legal fica circunscrita ao fracionamento indevido de despesa, isto é, ao fato de não se considerar o encargo financeiro gerado pela contratação da totalidade do objeto para fins da definição do dever de licitar ou do cabimento da dispensa em razão do valor. Logo, não significa a impossibilidade de parcelar o objeto das contratações. Inclusive, sempre que a divisão do objeto representar vantagem, ela poderá (e, em alguns casos, deverá) ser realizada. E mais: a dispensa em razão do valor será cabível se, retomando o exemplo citado, as 10 parcelas, consideradas conjuntamente, traduzirem um custo inferior aos limites estabelecidos nas disposições legais em exame (R\$100.000,00 ou R\$50.000,00, conforme o caso), variando de acordo com a natureza da contratação.

13. É nítido, assim, que a verificação do cabimento da dispensa em razão do valor não permite que o gestor público considere as despesas contratuais de modo aleatório e individual, ou seja, como se cada contrato fosse próprio e independente. Ao contrário, a questão está diretamente ligada ao dever de planejamento que incide sobre toda a Administração Pública.

14. O planejamento, em síntese, constitui a atividade estratégica dirigida a permitir a execução eficiente da ação pública, ou seja, possibilitar a aplicação da melhor alternativa existente para a satisfação da necessidade com o menor dispêndio burocrático (tempo, recursos humanos, entre outros) e financeiro.

15. Daí porque as estatais devem, ao identificar a necessidade de uma contratação, avaliar o contexto da sua totalidade. Em outros termos, é preciso constatar qual a real demanda e se apenas uma contratação será suficiente para satisfazê-la.

16. Nas dispensas de licitação, a Administração deve justificar o preço, formalidade indispensável que deve presidir os procedimentos discricionários. No caso em questão, a unidade solicitante apresentou cotação do ORSE (Emp. 9231) como preço referencial e pretende contratar a empresa que oferecer o menor preço em sessão de disputa de lances.

17. Em disputa de preço consagrou-se vitoriosa a empresa **LJ ENGENHARIA SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA**, inscrita no CNPJ com o nº **09.061.246/0001-48**, com proposta no valor global de **R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)** para o **LOTE 01 (ÚNICO)**, conforme **Ata Final DV0150/2025** (fls. 097/102) emitida pela colaboradora *Cátia Cilene dos Santos* da CCOM/DESO. Vejamos:

No **Lote 1**, pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da dispensa por valor à empresa **LJ ENGENHARIA SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA** com o valor de **R\$ 45.000,00**.

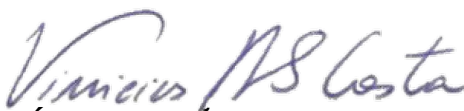
Detalhamento dos valores unitários						
Lote 1						
Item	Código	Descrição	Unidade	Qtd	Valor Unit.	Valor Total
1	277312-0	ELABORACAO DE PROJETO - RELATÓRIO DE ANDAMENTO DE PROJETO Nº 01 - RAP 01	UNIDADE	1	22.500,0000	22.500,00
2	291399-2	ELABORACAO DE PROJETO - RELATÓRIO DE ANDAMENTO DE PROJETO Nº 02 - RAP 02.	UNIDADE	1	22.500,0000	22.500,00
					TOTAL	R\$ 45.000,00

18. A aquisição será formalizada através de **Contrato Formal**, com prazo de **90 (noventa) dias** e prazo de entrega de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de expedição da Ordem de Serviço pela DESO.

19. Ao processo administrativo foram anexadas Certidões demonstrando a Regularidade Fiscal (INSS e Tributos Federais, FGTS, Fazenda Estadual), Regularidade Trabalhista da Contratada, além da documentação atinente a Qualificação Técnica exigida no item 20 do Termo de Referência, devidamente aprovada e analisada pelo Gerente de Projetos da DESO, Eng. *Erasmio Gomes Santos Júnior* às fls. 84 e documentação atinente a Qualificação Econômica exigida no item 21 do Termo de Referência, devidamente aprovada e analisada pelo contador *Tiago Figueiredo de Almeida Lima* às fls 158.

20. Pelo exposto, a Nota Técnica tem função apenas opinativa desta Câmara Técnica de Licitações e Contratos, parte integrante da Superintendência Jurídica da DESO, e diante da justificativa apresentada pela Gerência de Compras e Almocharifado e pela Gerência de Projetos, opinamos pela viabilidade da **Dispensa de Licitação nº 006/2025, DV0150/2025**, desde que não se trate de fracionamento de despesas.

Aracaju/SE, 14 de março de 2025.


VINÍCIUS ARAGÃO SANTIAGO COSTA
ADVOGADO/DESO – OAB/SE 4.876
Câmara Técnica de Licitações e Contratos
Superintendência Jurídica da DESO
1.1.00.00/SJUR

VINICIUS ARAGAO SANTIAGO
COSTA:01399465511
Assinado de forma digital por VINICIUS ARAGAO SANTIAGO
COSTA:01399465511

APROVO a presente Nota Técnica referente a **Dispensa de Licitação nº 006/2025. André Luís Pereira Oliveira**. Superintendente Jurídico da DESO.

RATIFICO a presente Nota Técnica e **HOMOLOGO** a **Dispensa de Licitação nº 006/2025** (Processo Administrativo E-Doc nº 1998/2025). **Luciano Gois Paul**. Diretor-Presidente da DESO.

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: 1TZX-VCDW-Y2D6-UTMC



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 08/04/2025 é(são) :

Legenda: ● Aprovada ● Indeterminada ● Pendente

- ANDRE LUIS PEREIRA OLIVEIRA 18/03/2025 10:25:33 (Certificado Digital)
- LUCIANO GOIS PAUL 01/04/2025 11:15:10 (Certificado Digital)
- VINICIUS ARAGAO SANTIAGO COSTA 14/03/2025 10:40:08 (Certificado Digital)